



**Governo do Estado de Pernambuco**  
**Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S/A**

**EDITAL Nº 005/2017**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/CPL/005**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/CPL/2017**

#### **DADOS GERAIS**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA INDEPENDENTE NA AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE.

**INÍCIO DE ENTREGA DAS PROPOSTAS:** 19/05/2017, às 10:30 horas

**TÉRMINO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** 31/05/2017, às 10:30 horas

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 31/05/2017, às 10:45 horas

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 31/05/2017, às 11:00 horas

**TEMPO DE DISPUTA:** 05 (cinco) minutos e mais o tempo randômico determinado pelo sistema eletrônico

**SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO:** REDECOMPRAS - Sistema de Pregão Eletrônico do Governo de Pernambuco  
[www.compras.pe.gov.br](http://www.compras.pe.gov.br)

**REFERÊNCIA DE TEMPO:** Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

#### **COORDENAÇÃO DO PROCESSO**

**PREGOEIRO:** MÁRCIO ROCHA FAGUNDES

**E-MAIL:** [marcio.fagundes@agefepe.pe.gov.br](mailto:marcio.fagundes@agefepe.pe.gov.br)

**TELEFONE:** (81) 3193-7490

**ENDEREÇO:** Rua Dom João Costa, nº 20 - CEP 52.030-220 - Torreão - Recife - PE

A **Agência de Fomento do Estado de Pernambuco - AGEFEPE**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.178.690/0001-15, com sede à Rua Dom João Costa, nº 20, Torreão, Recife/PE, CEP 52.030-220, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação - *INTERNET*, torna público que, de acordo com a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, e suas alterações, a Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, o Decreto Federal nº 5.450, de 31/05/2005, a Lei Estadual nº 12.986, de 17/03/2006, a Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, o Decreto Federal nº 6.204, de 05/09/2007, o Decreto Estadual nº 32.539, de 24/10/2008, o Decreto Estadual nº 38.493, de 06/08/2012, demais normas regulamentares aplicáveis e os termos deste Edital, que foi aprovado pela assessoria jurídica, realizará processo licitatório na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, para contratação de execução indireta sob o regime de empreitada por preço global, conforme o exposto na capa deste documento e na forma abaixo:

## 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- 1.1 Este Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *INTERNET*, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.
- 1.2 Os trabalhos serão conduzidos pelo servidor do quadro de pessoal da AGEFEPE, Márcio Rocha Fagundes, designado presidente e pregoeiro da Comissão Permanente de Licitação - CPL da AGEFEPE pela Portaria nº 010/2017 de 02/03/2017, credenciado na função de Pregoeiro, habilitado pela Secretaria de Administração do Estado - SAD, e designado mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema de Pregão Eletrônico utilizado pelo Governo do Estado de Pernambuco, disponível no Portal Eletrônico de Gestão de Compras, Contratos e Licitação - REDECOMPRAS, através do *link* "Acesso ao Sistema de Pregão Eletrônico do Governo de Pernambuco", no seguinte endereço: <http://www.portais.pe.gov.br/web/seadm/home>.
- 1.3 Este certame atende integralmente ao disposto na PAD 031/2017 da Diretoria Administrativa e Financeira, e nos seus anexos que compreendem o Termo de Referência, as cotações de preços efetuadas junto às empresas prestadoras de serviços compatíveis com o objeto, bem como o respectivo Mapa Comparativo de Preços - MCP. Esta solicitação, foi aprovada pela Diretoria Administrativo-Financeira - DIRAF e submetida à apreciação do Diretor Presidente da AGEFEPE, que autorizou a realização do procedimento licitatório.

## 2. OBJETO

- 2.1 O objeto do presente Pregão Eletrônico é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Auditoria Independente na Agência de Fomento do Estado de Pernambuco - AGEFEPE**, para auditoria das demonstrações contábeis e financeiras, com datas base em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive notas explicativas, bem como a avaliação dos sistemas e procedimentos de controles internos, de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de revisão dos critérios adotados para classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras,

observados os princípios, normas e procedimentos legais vigentes, conforme determina a Resolução BACEN (CMN) nº 3.198.

- 2.2 Os serviços deverão ser prestados de acordo com as exigências e definições apresentadas no TERMO DE REFERÊNCIA, documento constante do ANEXO I deste Edital, o qual apresenta todas as informações necessárias à execução do contrato.

### 3. ITEM ORÇAMENTÁRIO

- 3.1 As despesas decorrentes deste Pregão Eletrônico correrão por conta dos Recursos Próprios da AGEFEPE.

### 4. FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

- 4.1 Observado o prazo legal, a empresa licitante poderá formular consultas por e-mail, por telefone, informando o número da licitação.

### 5. PRAZO

- 5.1 O prazo de vigência do contrato é de 1 (um) ano contados a partir da data de sua assinatura.
- 5.2 O prazo para início da prestação do serviço de auditoria independente é imediato, a partir da assinatura do contrato, face à necessidade de apreciação das Demonstrações Financeiras do 2º semestre de 2016.

### 6. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DATA DA DISPUTA

- 6.1 A empresa licitante deverá observar as datas e os horários limites previstos para o envio da proposta, atentando também para a data e horário da abertura e do início da disputa do Pregão Eletrônico.

### 7. REFERÊNCIA DE TEMPO

- 7.1 Todas as referências de tempo citadas neste Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública observarão obrigatoriamente o **horário de Brasília - DF** e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e em toda a documentação relativa ao certame.

### 8. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

- 8.1 Poderão participar deste processo as empresas que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação, e que estejam obrigatoriamente cadastradas no sistema eletrônico utilizado.
- 8.2 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado da empresa licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário estabelecidos neste Edital.
- 8.3 Como requisito para a participação no Pregão Eletrônico, a empresa licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as previstas neste Edital.
- 8.4 A empresa licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual deverá fazer a declaração, conforme o item anterior, mesmo que tenha restrição na documentação comprobatória da regularidade fiscal.
- 8.5 A empresa licitante enquadrada na condição de microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, que pretender utilizar-se das prerrogativas asseguradas pela Lei Complementar nº 123/2006, deverá assinalar, em campo próprio do sistema, que atende aos requisitos do artigo 3º da Lei mencionada.
- 8.6 A ausência da informação prevista no item anterior não impedirá a participação da microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual no processo licitatório, porém será considerada como desistência da empresa do exercício das referidas prerrogativas.
- 8.7 Estarão impedidas de participar de qualquer fase deste processo as empresas interessadas que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:
- a) estejam constituídas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
  - b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária imposta pelo Governo do Estado de Pernambuco;
  - c) estejam declaradas inidôneas ou punidas com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, cujo ato tenha sido publicado em órgão da Imprensa Oficial;
  - d) estejam sob falência, concordata, dissolução ou liquidação;
  - e) tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesseis)

anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

8.8 Cada empresa só poderá apresentar uma única proposta, não sendo admitidas propostas alternativas.

## **9. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

### **9.1 Atribuições do Pregoeiro**

9.1.1 O certame será conduzido pelo Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) coordenar o processo licitatório;
- b) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- c) responder às questões formuladas pelas empresas licitantes, relativas ao certame;
- d) conduzir a sessão pública na Internet;
- e) abrir as propostas de preços;
- f) analisar a aceitabilidade das propostas;
- g) desclassificar propostas indicando os motivos;
- h) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- i) verificar a habilitação da empresa licitante classificada em primeiro lugar na disputa;
- j) declarar o vencedor;
- k) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- l) elaborar a ata da sessão;
- m) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

### **9.2 Credenciamento no Sistema de Compras Eletrônicas**

9.2.1 Para participar das licitações do Governo de Pernambuco, realizadas através de Pregão Eletrônico, a empresa interessada deverá realizar o seu credenciamento junto ao sistema REDECOMPRAS e à Caixa Econômica Federal, instituição bancária parceira do Estado de

Pernambuco.

- 9.2.2 A empresa ainda não credenciada no sistema eletrônico deverá providenciar o credenciamento preferencialmente no prazo de até 03 (três) dias úteis antes da data limite para a apresentação da proposta.
- 9.2.3 O processo de credenciamento será iniciado pela empresa interessada junto à SAD no endereço [www.portais.pe.gov.br/web/seadm](http://www.portais.pe.gov.br/web/seadm), através do credenciamento online no Portal Eletrônico de Gestão de Compras, Contratos e Licitação - REDECOMPRAS, no link "Acesso Fornecedores".
- 9.2.4 Após a conclusão do cadastro online, em até 48 horas, a empresa deverá comparecer pessoalmente a uma das agências da Caixa Econômica Federal, por ela indicada, sediada no País, para dar continuidade ao processo de credenciamento com a apresentação dos documentos comprobatórios e recebimento do login pessoal de acesso ao Sistema.
- 9.2.5 As pessoas jurídicas ou firmas individuais poderão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações nos sistemas de compras eletrônicas utilizados pelo governo.
- 9.2.6 Em sendo sócio, proprietário ou dirigente da empresa, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 9.2.7 Após o recebimento do login, para confirmar seus dados e ativar o cadastro, a empresa deverá entrar em contato com a Gerência de Sistemas Integrados de Gestão - GESIG da SAD, através dos seguintes telefones: (81) 3183-7746 / 3183-7958 / 3183-7863 / 3183-7748 / 3183-7823 / 3183-7866 / 3183-7826 / 3183-7721 / 3183-7794.
- 9.2.8 A empresa receberá por e-mail, uma senha provisória, que deverá ser substituída no seu primeiro acesso ao sistema.
- 9.2.9 O login e a senha poderão ser utilizados em qualquer Pregão Eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação da empresa credenciada ou por iniciativa do Governo do Estado, devidamente justificada.
- 9.2.10 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Governo do Estado a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 9.2.11 Em caso de qualquer dificuldade no credenciamento junto à Instituição Financeira, ou na operacionalização do sistema REDECOMPRAS, a empresa licitante deverá entrar em contato com a GESIG, através dos seguintes telefones: (81) 3183-7746 / 3183-7958 / 3183-7863 /

3183-7748 / 3183-7823 / 3183-7866 / 3183-7826 / 3183-7721 / 3183-7794.

9.2.12 O credenciamento da empresa e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica na responsabilidade legal pelos atos praticados e na presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

### **9.3 Participação das Empresas Licitantes**

9.3.1 A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado da empresa licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preço, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos neste Edital.

9.3.2 A proposta de preço deverá ser elaborada pela empresa licitante tendo por base as informações e especificações dos serviços a serem executados constantes do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA deste Edital.

9.3.3 O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital e nos seus anexos.

9.3.4 A empresa licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou à AGEFEPE, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

9.3.5 Até a abertura da sessão, a empresa licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

9.3.6 A validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta) dias** contados a partir da data de abertura das propostas.

9.3.7 Caberá à empresa licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.3.8 A empresa licitante poderá solicitar o cancelamento da sua chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

### **9.4 Realização do Processo Licitatório**

9.4.1 A partir do horário previsto neste Edital, na data estipulada, terá início à sessão pública deste Pregão Eletrônico no sistema, com a abertura das propostas de preços apresentadas.

- 9.4.2 O Pregoeiro avaliará a aceitabilidade das propostas e procederá à desclassificação daquela que não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 9.4.3 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema eletrônico, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 9.4.4 Classificadas as propostas, na data e hora estabelecida neste Edital para o início da sessão de disputa de preços, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os representantes das empresas licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. Desse momento em diante as empresas participantes poderão encaminhar seus lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 9.4.5 A cada lance ofertado a empresa licitante será imediatamente informada pelo sistema de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 9.4.6 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.
- 9.4.7 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.4.8 Durante o transcurso da sessão pública, as empresas licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará a autoria dos lances às demais participantes.
- 9.4.9 A etapa de lances do primeiro tempo de disputa da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro de acordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.4.10 Encerrada a primeira etapa de lances, terá início ao período de tempo aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, que poderá ser de até trinta minutos, e o mesmo emitirá aviso de fechamento iminente dos lances. Finalizado o período, será automaticamente encerrada a recepção de lances pelo sistema eletrônico.
- 9.4.11 O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.
- 9.4.12 Em atendimento a Lei Complementar nº 123/2006, o sistema identificará se existe empresa licitante que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual em condição de empate e disponibilizará ao Pregoeiro, a convocação dessa empresa que poderá ofertar novo lance, inferior ao lance vencedor, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos. Esta situação se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por uma microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual.
- 9.4.13 Se não houver manifestação da microempresa, empresa de pequeno porte ou



microempreendedor individual no prazo, o sistema verificará se há outras microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem na hipótese do Art. 44 da LC nº 123/2006, realizando o chamado de forma automática. Não havendo mais nenhuma empresa em situação de empate, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, cabendo ao Pregoeiro dar encerramento à disputa do item.

9.4.14 No caso em que as empresas licitantes classificadas não apresentem lances, o Pregoeiro verificará a conformidade da proposta inicial de menor preço e o valor estimado para a contratação, e nesta hipótese o Pregoeiro poderá realizar negociação diretamente com a empresa licitante, visando obter melhor preço.

9.4.15 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro efetuará consulta, no portal de compras governamentais, sobre a regularidade fiscal e trabalhista da empresa licitante que detém a melhor proposta de preço.

9.4.16 Os procedimentos do subitem anterior não excluem a obrigatoriedade de recepção de todos os documentos comprobatórios, situação em que o Pregoeiro aguardará o cumprimento das exigências por parte da empresa licitante melhor classificada.

## **9.5 Exigências para Habilitação**

9.5.1 A documentação exigida para a habilitação da empresa licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá ser encaminhada à AGEFEPE, em original ou cópia autenticada, através dos Correios ou entregue por portador, no endereço indicado na capa deste Edital, observando o **prazo de até 03 (três) dias úteis** após o término da disputa.

9.5.2 A empresa licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

### **a) Habilitação Jurídica (Artigo 28 - Lei Federal nº 8.666/1993)**

- I - Tratando-se de sociedade empresária, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- II - Tratando-se de sociedades simples, inscrição do ato constitutivo.
- III - Tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira, em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.

### **b) Regularidade Fiscal e Trabalhista (Artigo 29 - Lei Federal nº 8.666/1993)**

- I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, no qual deverá constar atividade compatível com o objeto deste Edital.

- II - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede da empresa licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital.
- III - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, comprovada mediante o fornecimento da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN. Esta certidão se refere aos tributos federais, dívida ativa da união e contribuições sociais.
- IV - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou da sede da empresa licitante, através de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa.
- V - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do Estado de Pernambuco, quando o domicílio ou a sede da empresa licitante não estiver localizado no Estado de Pernambuco, comprovada mediante o fornecimento de Certidão de Regularidade Fiscal emitida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco.
- VI - Prova de regularidade de recolhimento de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, comprovada através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- VII - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.

**c) Qualificação Técnica (Artigo 30 - Lei nº 8.666/1993)**

- I - Comprovação, pela empresa licitante, de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos. Esta comprovação será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. A empresa licitante poderá apresentar tantos atestados quantos entender necessários para a exigência desta alínea. Não serão aceitos atestados emitidos pela empresa licitante, em seu próprio nome, nem nenhum outro que não tenha se originado de uma contratação.

**d) Qualificação Econômico-Financeira (Artigo 31 - Lei Federal nº 8.666/1993)**

- I - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta. Estes documentos deverão estar devidamente registrados pela Junta Comercial do Estado, Cartório de Notas ou equivalente, devidamente assinados pelo administrador da empresa e pelo profissional responsável pelas demonstrações, o qual deverá estar ativo e regular no Conselho Regional de Contabilidade - CRC em que está inscrito, e vir acompanhados dos termos de abertura e de encerramento. Deverá ser apresentado comprovante da situação do profissional junto ao CRC.

A demonstração dos índices financeiros - LIQUIDEZ GERAL e LIQUIDEZ CORRENTE - deverá ser apresentada em documento anexo ao balanço. Os índices deverão ter seus cálculos realizados, obedecendo às fórmulas a seguir apresentadas, e não poderão ser inferiores aos aqui determinados:

$$\text{LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} \geq 1,0$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{AC}}{\text{PC}} \geq 1,0$$

Onde: **AC** = Ativo Circulante  
**PC** = Passivo Circulante  
**ARLP** = Ativo Realizável a Longo Prazo  
**PELP** = Passivo Exigível a Longo Prazo

- II - Comprovação de patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.
- III - Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, **a menos de 90 (noventa) dias** da data de entrega dos documentos de habilitação.
- e) **Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal (inciso V, do Artigo 27, da Lei Federal nº 8.666/1993)**
- I - Declaração, em papel timbrado, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de

que não emprega menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

9.5.3 A empresa licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar poderá deixar de apresentar aqueles documentos de habilitação que já constem do Cadastro de Fornecedores do Estado de Pernambuco - CADFOR-PE, apresentando substitutivamente o Certificado de Registro de Fornecedores - CRF válido, assegurado às demais empresas licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes, e também a DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE, conforme o modelo constante do ANEXO II deste Edital. No caso em que qualquer um dos documentos registrados no Certificado estiver fora do prazo de validade, a empresa licitante deverá apresentar o documento válido em questão em separado.

9.5.4 A empresa licitante classificada em primeiro lugar na disputa deverá entregar a sua proposta de preços ajustada ao valor da proposta de preço vencedora.

9.5.5 A proposta deverá conter o valor da contratação expressos em reais, de forma numérica com, no máximo, 02 (duas) casas decimais após a vírgula e também por extenso, prevalecendo, no caso de divergência, os valores por extenso sobre os numéricos.

9.5.6 A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de abertura das propostas, e deverá ser devidamente assinada pelo representante legal da empresa.

9.5.7 Constatado o atendimento às exigências fixadas no Edital, a empresa licitante classificada em primeiro lugar na disputa será declarada vencedora no sistema eletrônico pelo Pregoeiro.

## 9.6 Procedimentos de Finalização

9.6.1 Homologada a licitação pela Autoridade Competente, o processo será encaminhado à área competente para formalização do contrato de prestação de serviços.

## 10. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1 Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL**, observado o TERMO DE REFERÊNCIA do ANEXO I e demais condições definidas neste Edital.

10.2 O **preço global máximo admissível** para a contratação dos serviços deste Pregão Eletrônico a ser apresentado pela empresa licitante em sua proposta inicial para o Item é de **R\$ 58.980,00 (cinquenta e oito mil e novecentos e oitenta reais)**.

10.3 O preço total proposto deverá contemplar todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.) e despesas necessárias à execução dos serviços objeto deste Pregão.

10.4 Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se a empresa licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente,

verificando a sua compatibilidade e a habilitação da empresa licitante participante, na ordem de classificação da disputa, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao disposto neste Edital. Nessa etapa o Pregoeiro também poderá negociar com a empresa licitante participante para que seja obtido preço melhor.

10.5 Em nenhuma hipótese poderá ser vencedora uma proposta cujo menor lance apresentado tenha o valor maior que aquele estabelecido no subitem 10.2 acima.

10.6 Será desclassificada a proposta que:

- a) não atender às disposições gerais ou que estiver em desacordo com as normas e condições estabelecidas neste Pregão;
- b) for omissa, vaga ou que apresentar irregularidades ou defeitos capazes de confundir o julgamento, a critério exclusivo da Pregoeiro;
- c) apresentar preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, ou ainda, excessivamente ou manifestadamente inexequíveis, sendo facultado à Administração Pública o direito de, em caso de dúvidas, exigir da empresa licitante a comprovação de exequibilidade dos preços propostos, como condição de aceitação da proposta.

## 11. DILIGÊNCIA

11.1. Em qualquer fase do procedimento licitatório, é facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ela superior, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente da proposta.

## 12. IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

12.1 Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela empresa licitante.

12.2 Até 02 (dois) dias antes da data fixada para a abertura da sessão pública, os interessados poderão impugnar o ato convocatório deste Pregão Eletrônico.

12.3 As impugnações deverão ser encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação - CPL, de segunda a sexta-feira, no horário das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas (**hora de Recife**), no endereço, telefone, fax e correio eletrônico fornecidas na capa deste Edital.

12.4 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

- 12.5 O Pregoeiro informará no *chat* do sistema eletrônico a data e a hora que será declarada vencedora a empresa licitante. Após a declaração da empresa licitante vencedora no sistema eletrônico, a empresa licitante que desejar recorrer contra as decisões do Pregoeiro, poderá fazê-lo, manifestando, através do mesmo sistema, sua intenção, com registro da síntese das suas razões, sendo-lhe facultado juntar memoriais no prazo de 03 (três) dias úteis. As empresas interessadas ficam, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente.
- 12.6 A falta de manifestação com a motivação da empresa licitante quanto à intenção de recorrer importará na preclusão do direito de recurso.
- 12.7 Os recursos contra decisões do Pregoeiro não terão efeito suspensivo.
- 12.8 O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 12.9 Os recursos deverão ser endereçados ao Pregoeiro.

### **13. FORMALIZAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL**

- 13.1 A empresa licitante vencedora será convocada pela AGEFEPE para assinatura do contrato, cuja minuta encontra-se apresentada no ANEXO III deste Edital, e terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento da convocação, para comparecer à sede da AGEFEPE. Na hipótese de a empresa não se apresentar para assinar o competente contrato, no prazo fixado, a mesma responderá por perdas e danos que vier a causar ao Estado, em razão da sua omissão, independentemente de outras cominações legais a que estiver sujeita.
- 13.2 A recusa injustificada da empresa licitante vencedora em assinar o contrato, dentro do prazo estabelecido, sujeitará a empresa, ainda, à aplicação da penalidade de suspensão temporária pelo prazo estabelecido pela Administração Pública.
- 13.3 Na hipótese da empresa licitante vencedora não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, a AGEFEPE poderá convocar as empresas licitantes remanescentes na ordem de classificação.
- 13.4 Ocorrendo o disposto no item anterior, será aplicada à empresa licitante vencedora multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato e demais sanções previstas em lei.
- 13.5 No ato da contratação, a empresa licitante vencedora deverá apresentar documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da empresa.

13.6 Quando a empresa licitante vencedora não apresentar situação regular, no ato da assinatura do contrato, será verificada a aceitabilidade da proposta e a habilitação de outra empresa licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo a respectiva empresa licitante declarada vencedora, a ela adjudicado o objeto do certame e convocada para celebrar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

13.7 É obrigação da empresa contratada se manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e também com todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas neste certame.

#### **14. PAGAMENTO**

14.1 O pagamento será realizado em duas parcelas, correspondente a 50% cada, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato da AGEFEPE.

14.2 A Nota Fiscal/Fatura de Prestação de Serviços, deverá ser apresentada à AGEFEPE, acompanhada de boleto bancário ou indicando o número de contrato, banco, agência e conta corrente para depósito.

#### **15. REAJUSTE CONTRATUAL**

15.1 O reajuste de preços dos contratos administrativos, celebrados pela AGEFEPE obedece aos índices estabelecidos no Artigo 1º da Lei Estadual nº 12.525, de 30/12/2003, e conforme alterações estabelecidas na Lei Federal nº 12.932, de 06/12/2005.

15.2 Nas alterações de contratos, observar-se-á o disposto no Artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/1993.

#### **16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1 A recusa injustificada da empresa licitante em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas. O mesmo se aplica para o atraso injustificado na execução contratual.

16.2 A empresa licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na

execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciada no Cadastro de Fornecedores do Estado de Pernambuco - CADFOR-PE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

16.3 A infração de quaisquer das disposições, o não atendimento, a inobservância das exigências ou recomendações da AGEFEPE, ou seja, o descumprimento do que está definido no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA do Edital deste processo, implicará na aplicação de penalidades, de forma cumulativa ou isolada.

16.4 Na forma do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/1993, a empresa contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com a Administração por período não superior a 02 (dois) anos e também, se for o caso, será descredenciada no CADFOR, pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.5 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## **17. DISPOSIÇÕES FINAIS**

17.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a AGEFEPE revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

17.2 A AGEFEPE poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

17.3 A empresa licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer



documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da empresa licitante que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a empresa licitante vencedora, na rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

- 17.4 As empresas licitantes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação / inabilitação.
- 17.5 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da empresa licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 17.6 As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as empresas licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às empresas licitantes para recepção dos lances, retomando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no Pregão, sem prejuízos dos atos realizados.
- 17.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.
- 17.9 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às empresas licitantes por qualquer meio de comunicação ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado de Pernambuco.
- 17.10 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro, com base nas disposições legais pertinentes à matéria.
- 17.11 A participação da empresa licitante nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 17.12 A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no próprio sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade.
- 17.13 A empresa licitante vencedora do certame fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições da proposta, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto deste certame, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, nos termos do Artigo 65, parágrafo 1º da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores.
- 17.14 As cópias dos documentos integrantes deste Pregão Eletrônico e os esclarecimentos, em caso de dúvidas na interpretação deste Edital, poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro, através das

informações de endereço, telefone, fax e correio eletrônico fornecidas na capa deste Edital, de segunda à sexta-feira, no horário das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas (horário de Recife), em até 02 (dois) dias úteis antes do dia fixado como limite de entrega das propostas.

17.15 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculado ao Pregoeiro.

17.16 Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE

ANEXO III - MINUTA DO CONTRATO

Recife, 18 de maio de 2017.

**MÁRCIO ROCHA FAGUNDES**  
Pregoeiro e Presidente da CPL

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

Prestação de serviços de Auditoria Independente na Agência de Fomento do Estado de Pernambuco - AGEFEPE, para auditoria das demonstrações contábeis e financeira, com data base em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive notas explicativas, bem como a avaliação dos sistemas e procedimentos de controles internos, de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de revisão dos critérios adotados para classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras, observados os princípios, normas e procedimentos legais vigentes, conforme determina a Resolução BACEN (CMN) nº 3.198 e de acordo com as especificações contidas neste Termo de Referência.

**2. JUSTIFICATIVA**

A presente contratação visa atender o disposto no regulamento anexo à Resolução BACEN (CMN) N.º 3.198, de 27.05.2004, que altera e consolida a regulamentação relativa à prestação de serviços de auditoria independente para instituições financeiras, demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e para as câmaras e prestadores de serviços de compensação e liquidação, em seu Capítulo I - Art. 1.º., o qual estabelece a obrigatoriedade de serem auditados por auditores independentes, e que atendam aos requisitos mínimos a serem fixados pelo Banco Central do Brasil, o que se segue:

- a) As demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas;
- b) As demonstrações contábeis previstas nos Art. 3.º. e 10º da 2.723, de 31 de maio de 2000;

Por conseguinte, a luz dos diplomas legais acima comentados, a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco, está obrigada a elaborar e submeter suas Demonstrações Financeiras à Auditoria Independente.

**3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**

- a) Auditoria compreendendo exame e relatório dos auditores sobre as demonstrações contábeis e financeiras da AGEFEPE, a serem apresentadas no semestre em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive notas explicativas, em observância às normas contábeis emanadas do Conselho Monetário Nacional - CMN, pelo Banco Central do Brasil - BACEN e, no que não for conflitante com estes, pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC.

- b) Auditoria e avaliação dos sistemas e procedimentos de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos;
- c) Avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras
- d) Relatórios a serem entregues:
- 3.d.1. Cronograma com as atividades que serão desenvolvidas para atender o objeto da licitação;
- 3.d.2. Parecer relativo à auditoria das demonstrações financeiras, para apreciação pelo Conselho Fiscal AGEFEPE da documentação relativa às demonstrações contábeis destinadas à publicação;
- 3.d.3. Relatórios de auditoria encadernados com as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, expressando sua opinião sobre as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, inclusive quanto à adequação às normas contábeis emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil BACEN;
- 3.d.4. Relatório de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas, em observância aos procedimentos e normas legais vigentes, em especial aos critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.467, de 14/09/2009;
- 3.d.5. Relatório circunstanciado de cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações contábeis, ou nas operações da AGEFEPE evidenciando as irregularidades encontradas;
- 3.d.6. Demais Relatórios requeridos pelo Banco Central do Brasil, quando aplicável;
- 3.d.7. Fica autorizado o acesso do Banco Central do Brasil, a qualquer tempo, aos papéis de trabalho do auditor independente, bem como a quaisquer outros documentos que tenham servido de base ou evidência para emissão dos relatórios elaborados nos termos do art. 21 da Resolução BACEN 3.198 de 27 de maio de 2004, mediante solicitação formal, no âmbito das atribuições da referida Autarquia, observados os limites previstos na legislação em vigor.

#### **4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- a) Para elaboração dos relatórios descritos no item 3.1 deste termo de referência, a empresa precisa ter os seguintes componentes abaixo, a ser comprovado quando da contratação dos serviços:
- 4.a.1. Atendimento aos requisitos mínimos fixados pelo Banco Central do Brasil, conforme a Resolução BACEN (CMN) Nº 3.198;

- 4.a.2. Apresentar comprovação de atestado de experiência de ter prestado serviço similar e compatível em auditoria em agência de fomento, Banco de desenvolvimento ou Banco Múltiplo; através de Atestado de Capacidade Técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- 4.a.3. Declaração de que possui em seus quadros, responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante com função de gerência, que detenha aprovação em exame de certificação organizado pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, em conjunto com o Instituto Brasileiro de Contabilidade - IBRACON, para integrar a equipe a ser envolvida no presente trabalho de Auditoria;
- 4.a.4. A comprovação de vínculo empregatício do profissional deverá ser feita mediante apresentação de Carteira de Trabalho ou ficha de Registro de Empregados no Ministério do Trabalho e Guia(s) de recolhimento(s) do(s) FGTS, relativo ao mês anterior ao da publicação do Certame (ou mais recente), onde conste o nome do mesmo. No caso de dirigente ou sócio, apresentar Contrato Social registrado na Junta Comercial, com as últimas alterações;
- 4.a.5. O(s) profissional(ais) indicado(s) pela empresa para fins de comprovação da capacidade técnica deverá(ão) participar dos serviços objeto deste termo de referência, admitindo-se a substituição por profissional(ais) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela AGEFEPE;
- 4.a.6. Prova de registro ou inscrição, na entidade incumbida da fiscalização do exercício profissional competente;
- 4.a.7. Prova, através de certificado, de registro no cadastro de auditores independentes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de pelo menos um dos contadores que façam parte da equipe;
- 4.a.8. Certificado de conclusão de treinamento e reciclagem de seus profissionais (contadores), principalmente, voltados à convergência aos padrões internacionais de contabilidade - IFRS, através de certificado de conclusão do treinamento;
- 4.a.9. Certificado de comprovação de habilitação do responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria, mediante aprovação em exame de certificação organizado pelo CFC em conjunto com o IBRACON;
- 4.a.10. *Curriculum Vitae* dos profissionais que irão compor a equipe de trabalho. Esta equipe deverá ser formada por, no mínimo, 01 contador com registro de auditor fornecido pela CVM e 01 advogado tributarista, todos regulares com suas entidades de fiscalização profissional e com experiência de, no mínimo, 05 (cinco) anos na área de auditoria e consultoria fiscal, tributária e societária. A equipe de trabalho deverá ter profissionais treinados e em constante atualização às normas e padrões internacionais - IFRS, voltados principalmente no que concerne às Instituições.

4.a.11. Atestado, no mínimo um, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove a sua atuação em auditoria ou consultoria fiscal em Sociedade Anônima com Patrimônio Líquido igual ou superior a R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais).

## 5. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO E ENTREGA DOS TRABALHOS

a) O prazo para início da prestação do serviço de auditoria independente é imediato, a partir da assinatura do contrato, face à necessidade de apreciação das Demonstrações Financeiras do 2º semestre de 2016.

b) Os prazos e condições para entrega dos trabalhos serão conforme se segue:

5.b.1. Parecer relativo à auditoria das demonstrações financeiras:

a) para apreciação pelo Conselho Fiscal, até 10 (dez) dias úteis da entrega pela AGEFEPE da documentação relativa às demonstrações contábeis destinadas à publicação;

5.b.2. Relatórios:

a) de auditoria, expressando sua opinião sobre as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, inclusive quanto à adequação às normas contábeis emanadas do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Banco Central do Brasil - BACEN, **até 10 (dez) dias úteis da entrega pela AGEFEPE da documentação relativa às demonstrações contábeis destinadas à publicação;**

b) circunstanciado de avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas, em observância aos procedimentos e normas legais vigentes, em especial aos critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.467, de 14/09/2009, **até 15 (quinze) dias após a data de publicação das demonstrações objeto da auditoria independente;**

c) circunstanciado sobre o cumprimento de dispositivos legais e regulamentares que tenham, ou possam vir a ter, reflexos relevantes nas demonstrações contábeis, ou nas operações da AGEFEPE, evidenciando as deficiências encontradas, **até 10 (dez) dias úteis da entrega pela AGEFEPE da documentação relativa às demonstrações contábeis destinadas à publicação.**

d) circunstanciado sobre revisão dos critérios adotados pela instituição quanto à classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras, **até 10 (dez) dias úteis da entrega pela AGEFEPE da documentação relativa às demonstrações contábeis destinadas à publicação.**

**6. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

A prestação dos serviços será realizada no endereço sede da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S.A., situada na Rua Dom João Costa, 20, Torreão, Recife/PE, no horário das 08:30 às 12:30 e 14:00 às 18:00 horas, Fones: 81-3183-7481.

**7. PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO**

- a) O pagamento será realizado em duas parcelas, correspondente a 50% cada, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo gestor do contrato.
- b) A Nota Fiscal/Fatura de Prestação de Serviços, deverá ser apresentada à AGEFEPE, acompanhada de boleto bancário ou indicando o número de contrato, banco, agência e conta corrente para depósito.

**8. DIREITOS AUTORAIS**

Os direitos autorais ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, sobre os materiais (especificações, desenhos, esquemas, projetos, originais, arquivos, relatórios e demais documentos) produzidos no âmbito do contrato devem reverter exclusivamente à AGEFEPE e sua reprodução total ou parcial requer expressa autorização do contratante, mesmo depois de encerrado o contrato.

**9. DO SIGILO**

- a) O CONTRATADO obriga-se a manter sob sigilo todas as informações que lhe forem transmitidas pela AGEFEPE, visando à execução do objeto contratual.
- b) O CONTRATADO, para fins de sigilo, obriga-se por seus administradores, empregados, prepostos, a qualquer título, e comitentes.

**10. VALIDADE DA PROPOSTA**

Prazo de validade de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data do recebimento da proposta.

**11. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

A empresa declarada vencedora será convidada a assinar o contrato no prazo legal.

**12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**

O prazo de vigência do contrato é de 1 (um) ano contados a partir da data de sua assinatura.

**13. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Prestar o serviço objeto desta contratação, dentro do prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- b) Apresentar previamente cronograma de trabalhos para aprovação da Administração desta Agência;
- c) Providenciar a imediata correção das alterações, deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Agência;
- d) Confiar a execução dos serviços objeto do presente CONTRATO a profissionais idôneos e habilitados, e utilizar o mais alto nível da técnica atual;
- e) Executar os serviços contratados de acordo com as leis e exigências das esferas Federal, Estadual e Municipal, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade pela falta do cumprimento dessas leis e exigências;
- f) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados;
- g) Comprovar na prestação de contas dos serviços, junto ao setor financeiro da CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais, tributárias e previdenciárias;
- h) Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços contratados, a menos que expressamente autorizados por Diretor da CONTRATANTE ou por sua Diretoria Executiva;
- i) Observar e respeitar, na prestação de seus serviços:
- A legislação federal, estadual e municipal;
  - As normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pela Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, e no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela CVM, pelo CFC, pelo IBRACON, e pelo CPC.
  - O disposto no regulamento anexo à Resolução 3.198/04 do BACEN, e as normas, regulamentos e procedimentos estipulados pela CVM, CFC, IBRACON no que diz respeito a deveres e responsabilidades dos auditores independentes, exame de qualificação técnica, controle e qualidade interno e externo, e programa de educação continuada (inclusive com previsão de atividades específicas relativas à auditoria independente em instituições financeiras).



- j) Emitir os seguintes relatórios (referente ao período e data-base das demonstrações contábeis a que se referem):
- de auditoria, expressando sua opinião sobre as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, inclusive quanto à adequação às normas contábeis do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil;
  - de avaliação da qualidade e adequação dos sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas;
  - de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham ou possam vir a ter reflexos relevantes nas demonstrações contábeis ou nas operações da CONTRATANTE;
  - de avaliação da qualidade e adequação dos controles internos;
  - a respeito do cumprimento de normas operacionais;
  - consubstanciado sobre a adequação dos procedimentos fiscais adotados, bem como sobre a revisão da ECF;
  - demais requeridos pelo Banco Central do Brasil;
- k) Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo os menores, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- l) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste termo de referência, salvo quando expressamente autorizado pela CONTRATANTE;
- m) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva contratação;
- n) Arcar com eventuais prejuízos causados à contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto;
- o) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual;
- p) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a presente contratação;

- q) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratante;
- r) A CONTRATADA e a CONTRATANTE deverão manter à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior em decorrência de determinação expressa daquela Autarquia, os relatórios do item 05, bem como papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestações de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) Proporcionar as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da contratação;
- b) Acompanhar a execução do contrato;
- c) Comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas na prestação do serviço, formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações;
- d) Efetuar no prazo pactuado, o pagamento dos serviços efetivamente prestados, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas;
- e) Subsidiar a CONTRATADA de todas as informações necessárias à consecução deste objeto;
- f) Convocar a qualquer momento a CONTRATADA para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas decorrentes da execução do objeto;
- g) Verificar se os serviços executados pela CONTRATADA estão conforme especificações ora contratadas;
- h) Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe o prazo, para corrigir erros, defeitos ou irregularidades encontrados na prestação dos serviços.

#### **15. DAS PENALIDADES**

- a) A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas;
- b) Atrasos injustificados na entrega dos objetos licitados, superiores a 30 (trinta) dias, consecutivos ou não, caracterizarão inexecução do contrato, por parte da CONTRATADA;
- c) A inexecução total ou parcial do objeto licitado sujeitará a empresa às seguintes penalidades,

assegurados o contraditório e a ampla defesa, na forma do artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

- a) Advertência;
- b) Multa, de até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, a critério da Administração, levando-se em conta o prejuízo causado, devidamente fundamentado, devendo ser recolhida no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a contar da notificação;
- c) Suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de sua aplicação.
- d) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo;
- e) Ocorrendo a inexecução de que trata o sub item 15.1, reserva-se a CONTRATANTE o direito de acatar a oferta que se apresentar como aquela mais vantajosa, por ordem de classificação;
- f) A aplicação das penalidades previstas nesta Cláusula é de competência exclusiva da FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE, mediante autorização expressa da Diretoria executiva desta última.

## **16. VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- a) Após pesquisa mercadológica apurou-se o menor valor global desta contratação, conforme mapa orçamentário com preços unitários, cotações em anexo, é de R\$ 58.980,00 (Cinquenta e oito mil novecentos e oitenta reais), para o período de 01 (um) ano.
- b) O preço proposto deverá contemplar todas as despesas diretas ou indiretas necessárias à plena execução do objeto desta contratação, nas condições descritas neste Termo de Referência, entre elas: administrativas, trabalhistas, encargos sociais, fiscais, taxa de administração, financeiras, lucro, mão de obra, seguros, taxas sindicais, hospedagem, diária, alimentação, transporte e outras não relacionadas, incidentes sobre os serviços.

## **17. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A gestão do contrato será realizada pela Gerência de Administração - GERAD da AGEFEPE,

enquanto que a fiscalização ficará a cargo da Gerência de Contabilidade - GECON

#### **18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

As obrigações remuneratórias assumidas na presente contratação correrão por conta dos Recursos Próprios da AGEFEPE.

Recife, 06 de Abril de 2017.

Responsável técnico:

---

Teótimo Almeida  
Gerente de Contabilidade

**ANEXO II**

**MODELO DA DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

Para fins de participação no Pregão Eletrônico nº 2017/CPL/005, da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco S.A - AGEFEPE, a \_\_\_\_\_  
(nome completo da empresa licitante), CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada à  
\_\_\_\_\_ (endereço completo), declara,  
sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, estando  
ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

**Representante Legal da Empresa**

\_\_\_\_\_  
Identificação

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**ANEXO III**

**MINUTA DO CONTRATO**

**CONTRATO AGEFEPE Nº XXXXX/2017**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - AGEFEPE**, DO OUTRO LADO, A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, EM DECORRÊNCIA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/CPL/005, PROCESSO Nº 023/2017, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21.06.1993, E DEMAIS ALTERAÇÕES.

Por este instrumento de Contrato, **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE PERNAMBUCO S.A. - AGEFEPE**, Sociedade de Economia Mista cuja criação foi autorizada pela Lei Ordinária nº. 13.701 de 18/12/2008, regulamentada através do Decreto Estadual nº. 35.156 de 11/06/2010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.178.690/0001-15, com sede na Rua Dom João Costa, nº 20, CEP 52.030-220, Torreão, Recife/PE, neste ato representada, por seu Diretor Presidente, **Sr. Sérgio Maia de Farias Filho**, brasileiro, divorciado, administrador, inscrito no CPF/MF sob o nº 317.774.494-72, residente e domiciliado na Cidade do Recife/PE e por seu Diretor Administrativo e Financeiro, **Sr. Severino Emanuel Mendes da Rocha**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº 032.712.184-04, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX** doravante designada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e acordado, e celebram o presente CONTRATO mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem, tudo de acordo com o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/CPL/005, PROCESSO Nº 023/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições, que mutuamente outorgam e estabelecem.

**DO OBJETO**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objeto do presente Pregão Eletrônico é a **contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Auditoria Independente na Agência de Fomento do Estado de Pernambuco – AGEFEPE**, para auditoria das demonstrações contábeis e financeiras, com datas base em 30 de junho e 31 de dezembro, inclusive notas explicativas, bem como a avaliação dos sistemas e procedimentos de controles internos, de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares e de revisão dos critérios adotados para classificação nos níveis de risco e de avaliação do provisionamento registrado nas demonstrações financeiras, observados os princípios, normas e procedimentos legais vigentes, conforme determina a Resolução BACEN (CMN) nº 3.198.

### DA DOCUMENTAÇÃO

**CLÁUSULA SEGUNDA:** São partes integrantes deste Contrato, para todos os fins de direito, o processo relativo ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/CPL/005, PROCESSO Nº 023/2017 e todos os seus anexos.

### DO REGIME DE EXECUÇÃO

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O regime de execução dos serviços objeto do presente contrato é o de execução indireta por empreitada por preço global.

### DA VIGÊNCIA

**CLÁUSULA QUARTA:** O contrato vigorará por 12 (doze) meses, de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_.

### DO PREÇO

**CLÁUSULA QUINTA:** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor anual estabelecido na proposta de R\$ XXXXXXXXXXXX (XX), conforme proposta da CONTRATADA que se encontra anexa e que integra o presente.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do Contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Nos preços computados neste Contrato, estão incluídos todos os custos com encargos sociais/fiscais/parafiscais, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, utensílios e equipamentos utilizados, impostos, taxas, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente, se relacionem com o fiel cumprimento, pela CONTRATADA, de suas obrigações.

### DO REAJUSTE

**CLÁUSULA SEXTA -** De acordo com o art. 5º da Lei nº.12.525/2003, alterado pela Lei nº.12.932/2005, o valor do contrato será reajustado com periodicidade anual, observadas as seguintes disposições:

**PARAGRAFO PRIMEIRO -** O preço somente será reajustado após decorrido 12 (doze) meses da data

fixada para apresentação da proposta, utilizando-se para tanto o INPC (índice Nacional de Preços ao Consumidor), fornecido pelo IBGE, de acordo com a Lei nº.12.525/2003.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Havendo interesse das partes contratantes em prorrogar a avença, a empresa contratada deverá pleitear o reajuste dos preços até a data anterior à efetivação da prorrogação contratual, sob pena de, não o fazendo tempestivamente, ocorrer a preclusão do seu direito.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Será assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, de acordo com o art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº.8.666/1993.

#### **DA FORMA DE PAGAMENTO**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O pagamento pela prestação do serviço à Contratada será realizado em duas parcelas, correspondente a 50% cada, em até 5 (cinco) dias úteis, mediante apresentação da Nota Fiscal / Fatura devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - A Nota Fiscal / Fatura de Prestação de Serviços, deverá ser apresentada à AGEFEPE acompanhada de boleto bancário ou indicando o número do Contrato, banco, agência e conta corrente para depósito.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A Nota Fiscal / Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Prova de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal;
- b) Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Receita Federal) e INSS;
- c) Certidão de Regularidade do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - Havendo alguma pendência impeditiva do pagamento, será considerada data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura aquela na qual ocorreu a regularização da pendência por parte da CONTRATADA.

**PARÁGRAFO QUARTO** - A CONTRATANTE poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do presente Contrato.



**PARÁGRAFO QUINTO** - Os pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos e contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos legais, de:

- a) Imposto sobre a Renda - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para a Seguridade Social - COFINS e Contribuição para o PIS/PASEP;
- b) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**CLÁUSULA OITAVA:** A Contratada obriga-se a:

- a) Prestar o serviço objeto desta contratação, dentro do prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência, responsabilizando-se por quaisquer prejuízos advindos de sua inobservância;
- b) Apresentar previamente cronograma de trabalhos para aprovação da Administração desta Agência;
- c) Providenciar a imediata correção das alterações, deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Agência;
- d) Confiar a execução dos serviços objeto do presente CONTRATO a profissionais idôneos e habilitados, e utilizar o mais alto nível da técnica atual;
- e) Executar os serviços contratados de acordo com as leis e exigências das esferas Federal, Estadual e Municipal, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade pela falta do cumprimento dessas leis e exigências;
- f) Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços prestados;
- g) Comprovar na prestação de contas dos serviços, junto ao setor financeiro da CONTRATANTE, do cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais, tributárias e previdenciárias;
- h) Não divulgar e nem fornecer, sob as penas da Lei, informações e dados referentes aos serviços contratados, a menos que expressamente autorizados por Diretor da CONTRATANTE ou por sua Diretoria Executiva;
- i) Observar e respeitar, na prestação de seus serviços:
  - A legislação federal, estadual e municipal;

- As normas e procedimentos de auditoria estabelecidos pela Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil, e no que não for conflitante com estes, aqueles determinados pela CVM, pelo CFC, pelo IBRACON, e pelo CPC.
  - O disposto no regulamento anexo à Resolução 3.198/04 do BACEN, e as normas, regulamentos e procedimentos estipulados pela CVM, CFC, IBRACON no que diz respeito a deveres e responsabilidades dos auditores independentes, exame de qualificação técnica, controle e qualidade interno e externo, e programa de educação continuada (inclusive com previsão de atividades específicas relativas à auditoria independente em instituições financeiras).
- j) Emitir os seguintes relatórios (referente ao período e data-base das demonstrações contábeis a que se referem):
- de auditoria, expressando sua opinião sobre as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas, inclusive quanto à adequação às normas contábeis do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil;
  - de avaliação da qualidade e adequação dos sistema de controles internos, inclusive sistemas de processamento eletrônico de dados e de gerenciamento de riscos, evidenciando as deficiências identificadas;
  - de descumprimento de dispositivos legais e regulamentares, que tenham ou possam vir a ter reflexos relevantes nas demonstrações contábeis ou nas operações da CONTRATANTE;
  - de avaliação da qualidade e adequação dos controles internos;
  - a respeito do cumprimento de normas operacionais;
  - consubstanciado sobre a adequação dos procedimentos fiscais adotados, bem como sobre a revisão da ECF;
  - - demais requeridos pelo Banco Central do Brasil;
- k) Não empregar menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo os menores, na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- l) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste termo de referência, salvo quando expressamente autorizado pela CONTRATANTE;
- m) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva contratação;

- n) Arcar com eventuais prejuízos causados à contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto;
- o) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução contratual;
- p) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a presente contratação;
- q) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo contratante;
- r) A CONTRATADA e a CONTRATANTE deverão manter à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior em decorrência de determinação expressa daquela Autarquia, os relatórios do item 05, bem como papéis de trabalho, correspondências, contratos de prestações de serviços e outros documentos relacionados com os trabalhos de auditoria.

#### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**CLÁUSULA NONA** - A CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste Contrato e na lei, obriga-se a:

- a) Proporcionar as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes da contratação;
- b) Acompanhar a execução do Contrato;
- c) Comunicar à CONTRATADA as irregularidades observadas na prestação do serviço, formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações;
- d) Efetuar no prazo pactuado, o pagamento dos serviços efetivamente prestados, mediante apresentação das Notas Fiscais/Faturas devidamente atestadas;
- e) Subsidiar a CONTRATADA de todas as informações necessárias à consecução deste objeto;
- f) Convocar a qualquer momento a CONTRATADA para prestar esclarecimentos ou sanar dúvidas decorrentes da execução do objeto;
- g) Verificar se os serviços executados pela CONTRATADA estão conforme especificações ora contratadas;
- h) Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe o prazo, para corrigir erros, defeitos ou irregularidades

encontrados na prestação dos serviços.

### DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Os recursos financeiros para fazer face às despesas deste Contrato correrão por conta dos recursos próprios da CONTRATANTE.

### DAS PENALIDADES

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº.10.520/2002, a licitante ficará impedida de licitar e contratar com o Estado de Pernambuco e será descredenciada no CADFOR, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo de multa de até 30% (trinta por cento) do valor estimado para a contratação e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- 11.1. Apresentar documentação falsa;
- 11.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 11.3. Falhar na execução do contrato;
- 11.4. Não assinar o contrato e/ou ata de registro de preços no prazo estabelecido;
- 11.5. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.6. Não mantiver a proposta;
- 11.7. Deixar de entregar documentação exigida no certame;
- 11.8. Cometer fraude fiscal;
- 11.9. Fizer declaração falsa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Para condutas descritas nos subitens 11.1, 11.4, 11.5, 11.6, 11.7, 11.8 e 11.9, será aplicada multa de no máximo 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O retardamento da execução previsto no subitem 11.2, estará configurado quando a CONTRATADA:

- a) Deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato, após 7 (sete) dias, contados da data constante na ordem de serviço;
- b) Deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 03 (três) dias

seguidos ou por 10 (dez) dias intercalados.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A sanção de multa poderá ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a de impedimento de licitar e contratar estabelecida na CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA acima.

**PARÁGRAFO QUARTO** - As infrações serão consideradas reincidentes se, no prazo de 07 (sete) dias corridos a contar da aplicação da penalidade, a CONTRATADA cometer a mesma infração, cabendo a aplicação em dobro das multas correspondentes, sem prejuízo da rescisão contratual;

**PARÁGRAFO QUINTO** - Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, devendo ser observado o disposto no Decreto Estadual nº.42.191/2015;

#### DA RESCISÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A inexecução total ou parcial do objeto da licitação ensejará a rescisão do contrato, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - A rescisão do contrato poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78, da Lei Federal nº 8.666/1993, ou nas hipóteses do artigo 79 do mesmo diploma legal, quando cabível.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

#### DA SUCESSÃO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O presente instrumento obriga as partes contratantes e os seus sucessores, que, na falta delas assumem a responsabilidade pelo seu integral cumprimento.

#### DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** O presente contrato reger-se-á pelas normas estabelecidas no Estatuto Federal Licitatório, e pelas regras no edital do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2017/CPL/005, PROCESSO Nº 023/2017, na Proposta de Preços, e nos casos omissos, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

**DO REGISTRO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Este instrumento contratual, após obedecer às formalidades legais, deverá ser registrado no Livro de Registro de Contratos da Contratante.

**DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:** Conforme disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e demais alterações, o presente instrumento contratual será publicado no Diário Oficial do Estado na forma de extrato, como condição de sua eficácia.

**DO FORO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:** Com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, as partes elegem o foro da Cidade do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, para dirimir as questões oriundas do presente Contrato;

Para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e contratado, foi lavrado o presente instrumento contratual em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, o qual depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes contratantes, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

P/ CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

P/ CONTRATANTE:

Sérgio Maia de Farias Filho  
Diretor Presidente

Severino Emanuel Mendes da Rocha  
Diretor Administrativo e Financeiro

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**Nº 2017/CPL/005**  
[www.compras.pe.gov.br](http://www.compras.pe.gov.br)

FOLHA

39/39

CONTRATADA

Nome:

CPF/MF:

CONTRATANTE

Nome:

CPF/MF: